

Trabalho para o Colóquio Valencia

Autora: Gilcia Maria Salomon Bezerra Mouallem

Título: A Ética da Vida e a Escola: o outro, o diálogo e a participação

1- Introdução: A ética em Paulo Freire

Refletir sobre a ética, a partir dos pressupostos freireanos é, primeiramente, dizer que o pensamento do educador Paulo Freire se caracteriza portador de credibilidade pela expressa ligação à sua prática cotidiana como educador. É a identificação de seu pensamento com sua prática seu legado maior.

Ao longo de sua vida e de suas obras, sua preocupação maior consiste em discutir e viver a questão da ética universal "[...] quando, porém, falo da ética universal do ser humano estou falando da ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável a convivência humana [...]". (FREIRE, 1998, p. 19-20)

A afirmação da ética a que freire se refere é a vida. A vida é o valor absoluto. É ético tudo que realiza a vida. O ponto de apoio, portanto, não é a convenção (ética normativa, exercida por juízos de valor), é a vida humana. É a ética da sobrevivência humana:

Por sobrevivência humana ou por "produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana de cada sujeito ético entenderemos sempre, neste texto, o critério material universal da ética por excelência: a vida humana de cada ser humano. (DUSSEL, 2002, p. 636)

A negação do homem ou sua desumanização, é denunciada na pedagogia freireana, quando conclama à educação para libertar o homem da opressão, é a libertação "[...]aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele , enquanto homens ou povos, na luta incessante na recuperação de sua humanidade[...]. (Freire, 2003)

Esta ética, portanto, contrapõe-se àquela que está posta hoje, a ética do mercado que visa o lucro, a ética de negação do "outro" e, conseqüentemente, de exclusão social.

O que me parece impossível é aceitar é um a democracia fundada na **ética do mercado** que, malvada e só se deixando excitar pelo lucro, inviabiliza a própria democracia. (FREIRE, 2000, p. 49)

O "outro" é aquele negado pela ética de mercado, o que sofre preconceito, o que é discriminado, o excluído, o vitimado. A ética, a que Freire vivencia e escreve, é aquela que se encontra na prática de uma relação simétrica entre homens e mulheres, aquela que nega a desigualdade e a discriminação e afirma a diversidade como riqueza na convivência humana. "[...] A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, gênero, de classe." (1998, p.17). É a ética focada a partir do menos favorecido, do discriminado, da vítima, para sua libertação.

Porém, vale dizer que, se o conceito de vítima aponta para o fato da negatividade, o conceito de libertação, aponta para o fato da positividade. A libertação é um conceito mais de anúncio do que de denúncia, é o anúncio da humanização do homem, pela produção, reprodução e desenvolvimento da vida.

Nesta ética da libertação, as palavras "produção, reprodução e desenvolvimento" da vida humana do sujeito ético "sempre" significam não só o vegetativo ou o animal, mas também o "superior" das funções mentais e o desenvolvimento da vida e da cultura humana.(DUSSEL, 2002, p.636)

A ética da libertação é uma formulação de uma possibilidade material de ordenar o "sistema mundo"(DUSSEL, 2002) num sentido universal. Onde todos vivam com todas as suas possibilidades. Só há um jeito de formular esta ética - o caminho desta formulação é o caminho que começa no lugar e na palavra do oprimido.

A ética universal, portanto, não se reduz a um princípio moral, a ética, propriamente dita, é aquela realizável, improgramável, porque os que sofrem com a impossibilidade da vida é quem tem que construí-la. Um programa ou um projeto só podem ser éticos se forem factíveis.

O presente artigo, portanto, pretende discutir a pedagogia, proposta por Freire, uma pedagogia a partir dos oprimidos, excluídos, injustiçados, das vítimas, que afirma a indissociabilidade entre a ética e a prática educativa, destacando, nesta última a importância do diálogo e participação.

"É por essa ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar [...]" (FREIRE, 1998, p. 19)

2-A Ética da Vida e a Escola: o outro, o diálogo e a participação.

Um primeiro ponto para refletirmos sobre a escola que se diz fundamentada na ética da vida é a questão da convivência diária, ou seja, a questão do "outro" no cotidiano escolar.

A escola da educação que liberta, promove à reflexão sobre "o outro" em sua prática educativa e não se furta a "[...] propiciar uma interação reflexiva que incorpore uma sensibilidade antropológica e estimule a entrada no mundo do 'outro'". (MOREIRA e CANDAU, 2003, p.156).

Esta interação reflexiva precisa, de algum modo, ser posta em pauta no interior da escola, podendo, e devendo, ser inaugurada através da desnaturalização de situações práticas do cotidiano, em que o "outro" é negado, seja ele um professor, um aluno, um funcionário, um pai de aluno, ou qualquer pessoa que se encontre vitimada nas situações de preconceito ou discriminação no interior da escola.

Poderíamos citar inúmeras situações opressivas que vivenciamos, a todo instante, em nossas escolas como, por exemplo, as de desconsideração das vozes que reivindicam atenção ou de omissão de informações que são de direito de quem as solicita, a negação do "outro" na forma de tratamento brusca e sem paciência ou na linguagem que rotula, e outras tantas que se fazem presente "naturalmente" no cotidiano escolar de preconceito e discriminação seja de gênero, raça ou classe social em que pessoas são tratadas como objetos e não seres humanos.

A naturalização de situações opressoras como as referidas, contribue para que estas continuem a ser praticadas e, assim descaracteriza a escola do seu objetivo maior: educar.

Indignar-se com estas e outras formas de negação do "outro", dentro da escola é desnaturalizar a invisibilidade deste "outro". É "o outro", portanto, que move em mim, educadora, a raiva; a capacidade de me indignar diante das situações opressoras, do cotidiano escolar.

A manifestação desta indignação me diz que posso fazer diferente, esta raiva inaugura em mim o dever histórico, o não determinismo, a possibilidade de transformar o que está posto.

Segundo Freire (1998,p.84):

Tenho direito de ter raiva, de manifestá-la, de tê-la como motivação para minha briga tal qual tenho o direito de amar, de expressar meu amor ao mundo, de tê-lo como motivação de minha briga porque, histórico, vivo a história como tempo de possibilidade e não de determinação.

A manifestação da indignação, é o início de uma ação consciente do educador que não quer compactuar com a opressão, marginalização, e exclusão.

Falo da resistência, da indignação da 'justa ira', dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas. (FREIRE, 1998, p.114)

Porém, importante ressalva é a de que não podemos nos deixar contaminar pela raiva por si só, aquela que somente leva-nos a reclamar das situações ou a desanimar da luta. Aquela raiva rançosa, amarga, que não leva a nenhuma ação para superação das dificuldades, ao contrário, somente alimenta a "cultura da reclamação" que tanto vemos em nossas escolas públicas. Esta raiva faz com que as experiências passadas sejam lembradas não como aprendizado, mas, como fardo a ser carregado. Esta raiva compromete o nosso olhar diante do novo, contamina as atitudes e impede a aceitação de proposições inovadoras e de transformação.

[...] o que a raiva não pode é, perdendo os limites que a confirmam, perder-se em raivosidade que ocorre sempre o risco de se alongar em odiosidade. (FREIRE, 1998, p.45):

Esta "raivosidade", castra a esperança. Não há embate sem esperança, "A esperança é uma espécie de ímpeto natural e necessário, a

desesperança é o aborto deste ímpeto."(FREIRE, 1998, p.81). Não há como a escola promover a libertação de homens e mulheres, se não for criticamente esperançosa:

[...] me parece uma contradição que uma pessoa progressista, que não teme a novidade, que se sente mal com as injustiças, que se ofende com as discriminações, que se bate pela decência, que luta contra a impunidade, que recusa o fatalismo cínico e imobilizante, não seja criticamente esperançosa. (FREIRE, 1998, p. 81)

A esperança, portanto, promove o que Freire chama de "justa ira". Aquela que promove a luta por melhores condições de trabalho do professor, pelo direito do aluno de ter uma aula produtiva, pelo direito dos pais dos alunos à informação e participação, pelo direito de alunos e professores a reivindicarem espaços e tempos propícios ao ensinar e aprender. Aquela que mobiliza educadores, educandos e comunidade escolar, através do diálogo à participar da vida da escola, assim como, nas ações e pensamentos que decidirão os rumos da escola.

A "justa ira" lança-nos à ação, leva-nos a uma tomada de posição, a uma ruptura, uma decisão. A favor de quem estou? A quem eu, como educador ou educadora sirvo? Estas questões nos fazem refletir sobre nossa prática e assim, a consciência ingênua, ao voltar sobre si, vai se tornando cada vez mais crítica. Este processo é tarefa educativa, e como tal, é um processo cuidadoso:

[...]a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípua da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil.(FREIRE, 1998, p.36)

A tomada de consciência, que promove a criticidade, só se dá, através da interação entre educadores e educandos e tem seu início no diálogo.

O segundo ponto a ser refletido sobre a escola que tem sua prática calcada na ética da vida, para humanização de homens e mulheres, é a questão da educação como prática dialógica. A relação pedagógica como ato dialógico, se dá quando duas pessoas se ouvem e se fazem entender, é uma relação simétrica.

O diálogo inaugura a educação como experiência libertadora e emancipadora e não pode ser considerado, apenas, como uma técnica ou como uma tática para se conseguir resultados, o diálogo "[...] é parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos".(FREIRE e SHOR,1987, p. 122).

É através do diálogo que nos conhecemos e nos reconhecemos, nos tornamos mais críticos e seguimos rumo a transformação da nossa realidade.

O homem é sujeito, não apenas vive, mas existe no mundo, e esta existência não é muda, portanto o diálogo é uma mediação ética, é um "[...] encontro dos homens para pronúncia do mundo, é uma condição fundamental para sua real humanização". (FREIRE, 2003, p.134).

Como terceiro ponto a ser refletido sobre a escola que tem seus fundamentos na ética da vida, é que somente uma educação baseada no diálogo leva a verdadeira participação. A escola deve contar, através do diálogo, com a participação de todos os agentes que nelas convivem cotidianamente. Esta participação somente acontece, a partir de um exercício diário da liberdade, e em um contexto de respeito e acolhimento às diferenças.

A primeira observação a ser feita é que a participação, enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania se acha em relação direta, necessária, com a prática educativo-progressista, se os educadores e educadoras que a realizam são coerentes com seu discurso. O que quero dizer é o seguinte: constitui contradição gritante, incoerência clamorosa uma prática educativa que se pretende progressista mas que se realiza dentro de modelos de tal maneira rígidos, verticais, em que não há lugar para a mais mínima posição de dúvida, de curiosidade, de crítica, de sugestão, de presença viva, com voz, de professores e professoras que devem estar submissos aos pacotes; dos educandos, cujo direito se resume ao dever de estudar sem indagar, sem duvidar, submissos aos professores; dos zeladores, das cozinheiras, dos vigias que, trabalhando na escola, são também educadores e precisam ter voz; dos pais, das mães, que são convidados a vir à escola ou para festinhas de fim de ano ou para receber queixas de seus filhos ou para se engajar em mutirões para o reparo do prédio ou até para “participar” de quotas a fim de comprar material escolar ... Nos exemplos que dei, temos, de um lado, a proibição ou a inibição total da participação; de outro, a falsa participação. (FREIRE, 2001, p. 73)

Oportunizar a participação é mais do que, somente, respeitar o outro. Nesta concepção de participação está implícito que, respeitar pode significar simplesmente tolerar, enquanto que acolher (do latim *accolligere*) significa hospedar, dar acolhida; é receber e aceitar o outro como ele é.

Promover a participação é fazer-se coerente com uma prática educativa crítica:

[...] fazendo educação numa perspectiva crítica, progressista, nos obrigamos, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à participação por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao que fazer educativo. (FREIRE, 2001, p. 64)

A escola que promove a prática da participação entre seus agentes, é fundamentada na noção de que a educação libertadora somente se faz num contexto coletivo. O individualismo exacerbado, contido no discurso do neoliberalismo, na ética de mercado, não gera situações de transformação social.

mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do **empowerment**¹ ou da liberdade. (FREIRE e SHOR, 1987, p.135)

A participação efetiva da coletividade na prática curricular da escola, como sujeitos do processo educacional, é a possibilidade de intervenção no processo educativo e, conseqüentemente, no mundo. "[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo."(FREIRE, 1998, p.110).

¹ Paulo Freire e Ira Shor dão ênfase a esta palavra e a mantêm no original e em grifo, no livro "Medo e Ousadia" devido à riqueza de significado da mesma. "*Empowerment* significa: A) dar poder a , B) ativar a potencialidade criativa do sujeito, C) desenvolver a potencialidade criativa do sujeito, D) dinamizar a potencialidade do sujeito. "(1987, p. 11)

4- Prática pedagógica ética: uma cultura construída

Ao final desta reflexão, podemos reafirmar que, a prática pedagógica freireana está sob os fundamentos da "ética da vida", que é factível, pelo fato de ser vivida, no cotidiano escolar, pelos praticantes deste cotidiano, à favor da humanização e libertação crescentes de todos que nele estão inseridos:

A ética de libertação é uma ética possível acerca de toda ação de cada dia. No entanto, o próprio desta ética, ou seu referente privilegiado, é a vítima ou comunidade de vítimas que operará com o/s 'sujeito/s' em última instância. (DUSSEL, 2002, p.519):

Para que a escola seja fundamentada na ética da vida há necessidade de rever os pressupostos que embasam seu currículo: as práticas no ensinar e aprender - elementos essenciais da cultura -, os conteúdos ali ministrados, os métodos desenvolvidos e a forma de avaliar o aluno. Quanto a esta reflexão Freire nos chama a atenção à vinculação do processo de educação ao processo produtivo. A finalidade da educação, bem como seus conteúdos, devem estar ligados às finalidades e aos conteúdos de produção. Uma escola assim, parte da compreensão da realidade do aluno:

[...] quando insisto em que a educação dialógica parte da compreensão que os alunos têm de suas experiências diárias, quer sejam alunos da universidade, ou crianças do primeiro grau, ou operários de um bairro urbano, ou camponeses do interior, minha insistência de começar a partir de sua descrição sobre suas experiências da vida diária baseia-se na possibilidade de se começar a partir do concreto, do senso comum, para chegar a uma compreensão rigorosa da realidade. (FREIRE e SHOR, 1987, p. 131)

É necessário exercitar a prática da busca, de todos os envolvidos, por uma cultura construída por eles mesmos. "A cultura como resultado de seu trabalho". (FREIRE 1993, p. 117).

A ética vivida no cotidiano escolar se apresenta como construção coletiva, construção simétrica, dialógica, participativa e conta com o apoio de educadores e educadoras, como líderes que trabalham *junto* com

o grupo e não *para* o grupo de educandos. A escola que se fundamenta nesta ética promove a participação crítica de educadores, educandos e comunidade escolar na elaboração de um plano político pedagógico que construa um *ethos* crítico. Uma escola onde educadores, alunos, comunidade e profissionais nela inseridos forjem em parceria e cotidianamente uma educação que tenha como princípio o diálogo e a participação, uma escola que promova a dignificação² de todos que com ela estão envolvidos.

A escola que se propõe à elevação do homem à dignidade, valoriza e expõe as potencialidades dos educandos; os faz participar; oportuniza situações de construção de sua autonomia; tem como prática a relação dialógica, e alicerça seus fundamentos na ética.

A construção desta escola não pode estar baseada somente em um desejo solitário ou na prescrição legal, não bastam leis e normas. A construção desta escola pressupõe vontade política, prática comunitária, e a construção coletiva de um projeto político-pedagógico com base na construção desse *ethos* crítico.

Para experiência de um cotidiano escolar éticamente vivido, dentre tantos outros cotidianos, é necessária a recriação da escola, onde a prática pedagógica "escove" a escola ao contrário. A escola tem sido "escovada" no sentido do currículo formal, é preciso pensar no currículo que a leve à problematização do que é dado a partir de baixo. A partir das vítimas.

Uma escola da factibilidade ética, em direção à manutenção da vida e da igualdade entre os seres humanos. Uma escola da utopia do possível.

²Dignificação: ato de dignificar (do latim *dignificare*), elevar a uma dignidade (autoridade moral, respeitabilidade) ; honrar, nobilitar; atingir o maior grau de dignidade; nobilitar-se. (DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO, 1993)

BIBLIOGRAFIA:

DUSSEL, *A ética da libertação em tempos de globalização e exclusão* 2002.

FREIRE, Paulo, *Educação como Prática da Liberdade*, 23ª edição, Cortez Editora, São Paulo, 1999.

----- *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*, Paz e Terra, São Paulo, 1998.

----- *Pedagogia da Indignação*, 2º edição, Cortez Editora, São Paulo, 2000.

----- *Pedagogia do Oprimido*, 35ª edição, Paz e Terra, São Paulo, 2003.

----- *Política e Educação*, 5ª Edição, Cortez Editora, São Paulo, 2001.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira, *Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor*, 2ª Edição, Paz e Terra, São Paulo, 1987.